

Considerações acerca da História do Tempo Presente

Rodolfo Fiorucci*

Resumo

Pretende-se, aqui, levantar algumas discussões sobre o fazer História do Tempo Presente, com o intuito de estimular o diálogo entre os acadêmicos acerca dos procedimentos dessa história, além de mostrar como ela, assim como qualquer história, é carregada de virtudes e problemas que devem ser levados em conta pelos historiadores.

Palavras-chave: História do tempo presente; metodologia; historiografia.

Abstract

The aim is here to raise some discussion about doing History of the Present Time, with the objective of stimulating dialogue among academics about the procedures of this history, and show how it, like any history, is full of virtues and problems that must be taken into account by historians.

Key words: History of present time, methodology, historiography.



* RODOLFO FIORUCCI é Doutorando em História pela UFG e Professor do IFG/Anápolis.

As discussões propostas nas linhas que seguem, de forma alguma pretendem encerrar os debates acerca da história do tempo presente, e muito mesmo estabelecer visão final sobre o assunto. No entanto, aqui se procura levantar algumas questões e dialogar com autores que se posicionaram frente a este debate historiográfico que, se não é mais novidade e nem tanto polêmico, ainda engendra problemáticas, elogios e acusações a esse ramo da história que se propõe a encarar um tempo que até pouco tempo não lhe pertencia. A verdade é que, com relação à historiografia brasileira, não é muito volumoso o material que discute a produção histórica voltada para o presente, e por que não dizer, até mesmo na literatura estrangeira as obras não são tão numerosas – o que não significa que a produção seja precária. As primeiras obras que de fato se dedicaram a essa questão em específico foram as organizadas pelo Instituto de História do Tempo Presente (*Ecrire l'histoire du temps présent*) e por Tétart e Chauveau (*Questões para a história do presente*), cujos debates, segundo os próprios autores, não concluíram a questão.

Cabe, porém, uma ressalva: não se trata de afirmar que nada existiu antes desses trabalhos, mas apenas de constatar que, no que toca à discussão específica sobre a história do tempo presente, essas são obras de referência, especialmente nos círculos acadêmicos brasileiros. Não se pode ignorar, por exemplo, o trabalho de Larousse *L'Histoire de France Contemporaine*, publicada em 1916 e que abordava o período entre 1871-1913; também houve o esforço do Instituto de História do Tempo Presente ainda no final dos anos 1970 e, ainda, os trabalhos do *Institute of Contemporary British History*, vinculado à universidade de Londres, que se

lançaram no campo ainda desconhecido do presente, contudo, é preciso entender que, naquele primeiro momento, esses esforços estavam ligados a um determinado contexto e voltavam-se a temas direcionados. Ainda que não seja algo fechado, é possível afirmar, como anotou Helena Muller, que os trabalhos do IHTP e do Instituto britânico tinham como marco inicial e até mesmo divisório para a história do tempo presente, a Segunda Guerra Mundial (MULLER, 2007, p. 19-20).

No Brasil, destaca-se esforço coletivo que desembocou numa coletânea de artigos que se voltou especificamente para a análise dessa história do presente, publicada em 2007, sob a organização de Gilson Pôrto Jr., intitulada *História do tempo presente*. Nesta coletânea, autores nacionais e estrangeiros debateram sobre o tema em diversos aspectos, que tocaram desde questões metodológicas e teóricas até a aplicação prática da história do tempo presente no campo da educação. Evidente que não se pode esquecer o boletim do tempo presente, projeto que existe há cerca de 15 anos, criado pelo professor Francisco Carlos Teixeira da Silva, com apoio da UFRJ e Faperj. Neste espaço autores diversos discutem questões da atualidade com segurança e embasamento histórico, no entanto, as discussões mais teóricas não fazem parte do menu principal de seus escritos, como é possível observar no site do boletim.

Numa visão conjunta, pode-se inferir que a evolução da história do presente e sua firmação se deram ancoradas nos “retornos” historiográficos, nos quais se destacaram o fato, a política e a narrativa. A política, na verdade, apareceu como válvula propulsora das pesquisas sobre o presente, principalmente com o impulso dado

pelos trabalhos de René Rémond, intelectual que dialogou (na contracorrente) com a segunda geração dos *Annales*, trazendo de volta a questão da política e do contemporâneo. O pessoal que escrevia, então, sobre política, ficou em torno de Rémond, não na Sorbone – o pilar de visibilidade –, mas em Nanterre. Logo publicariam *Por uma história política* (1988), coletânea em defesa da nova história política, cujos autores, a maioria, mais tarde teriam artigos publicados em *Questões para a história do presente*, ou seja, isto demonstrou que a problemática do presente não se desvinculou do grupo de Rémond, muito em função do empenho em recolocar em pauta a questão do acontecimento. Nesse ínterim, com o advento da Nova História Cultural, sob a égide dos *Annales*, novos temas, fontes e objetos entraram para o cardápio dos historiadores, o que diversificou as possibilidades e as potencialidades do fazer histórico no geral e, em específico, do estudo do presente. Cultura e política cruzaram-se frequentemente a partir daí nos trabalhos que trataram do presente, o que enriqueceu os resultados das pesquisas historiográficas e ofereceu múltiplas opções de ação para os historiadores, que não mais se prenderam a determinadas amarras impostas pela prática historiográfica, como o afastamento temporal do objeto de análise, e aplicaram os mais diversos recursos metodológicos e recorreram a fontes variadas para a confecção de suas análises.

Mais do que a própria mudança dos padrões de produção da história, o próprio contexto influenciou debates epistemológicos que engendraram novidades nos escritos historiográficos. Isto é, a aceleração do mundo atual, o avanço tecnológico, a globalização, o poder da mídia etc, modificaram as

relações sociais, políticas, culturais e econômicas que eram características do mundo pós-guerra, provocaram a possibilidade, cada vez maior, de produção de informações e de bens culturais, além de revolucionar a comunicação entre as pessoas, aproximando por meios eletrônicos territórios fisicamente muito distantes (Ver SANTOS, 1998, p. 15-21). Tudo isso exigiu adaptações tanto do meio político como dos agentes econômicos, o que inaugurou momento diferenciado, mais acelerado, com transformações nos padrões comportamentais em todos os segmentos sociais (crianças, adolescentes, mulheres, idosos etc). Essa nova realidade apresentou problemas novos às Ciências Sociais, como o estresse, o vício na internet e jogos eletrônicos, a constante necessidade de especialização do trabalho (além da tecnologia cada vez mais avançada nas empresas e indústrias), a reconfiguração do espaço urbano com o processual desaparecimento dos locais de encontro nos bairros (padarias, açougues, bares, restaurantes, tudo centralizado em hipermercados), a remodelação da estrutura familiar (com mulheres assumindo o posto de esteio familiar, mães independentes, casais homossexuais). São inúmeras as questões que podem ser levantadas e que devem ser abordadas pelas Ciências Sociais, para além das elencadas.

Há também de se evidenciar as influências do pós-modernismo, termo cunhado inicialmente por Lyotard, em 1979. Para ele, assim como para outros autores, como Habermas (1990) e Jameson (1997), o termo expressa momento específico sociocultural e estético ligado ao capitalismo pós-industrial. Para o último, o termo indica, entre outras coisas, uma cultura de globalização e uma ideologia neoliberal

(JAMESON, 1997). Seria uma nova condição que mexia com as estruturas características e predominantes do mundo da primeira metade do século XX.

Essa corrente pós-moderna surgiu no encalço do que se convencionou chamar de falência das metanarrativas, das verdades absolutas, o que evidenciou as críticas ao marxismo principalmente. Emergiu a preocupação com o fenômeno em si, entendido não na totalidade, mas em sua essência. Não se destaca a preocupação com o processo, mas com o evento. Nesse momento, no campo da historiografia, muitos foram em direção à micro história. Contudo, não se pode entender que esse tipo de escrita da história abandonou o processo, esqueceu a totalidade. Visto que novas escalas de análises se ofereciam ao escrutínio do historiador, seriam interessantes pesquisas focadas em fenômenos específicos, mas que posteriormente seriam colocados dentro de um processo, contribuindo para entendimento mais amplo, no âmbito do micro e do macro (Ver REVEL, 1998).

Para alguns defensores do pós-modernismo, o contexto apresentava uma reconfiguração das bases sociais do moderno num patamar hiperdimensionado, como afirmou Lipovetsky. Para ele, o correto seria falar numa hipermodernidade, já que não romperia totalmente com as estruturas do mundo moderno, mas iniciaria uma segunda etapa desse processo, com três axiomas da modernidade consumados e não mais tímidos: mercado, eficiência técnica e individualismo (LIPOVETSKY, 2004, p. 54). Diversos intelectuais entraram nessa discussão, endossando essa nova fase, diferenciada da antiga, seja no âmbito do “pós” ou do “hiper”. Não cabe aqui realizar uma discussão sobre

as inúmeras obras sobre o pós-modernismo, mas apenas anotar sua participação no campo intelectual na ânsia de caracterizar e compreender a nova realidade que se impunha, marcada pela fluidez, pelo dinamismo, pelas mudanças rápidas.

Para a historiografia não foi diferente. A nova realidade afetou os historiadores em suas vidas cotidianas e levantou problemas que, de alguma forma, chamaram sua atenção. Mas como intervir num campo que não era o seu? Como romper a barreira que por muito tempo explicou que a História se fazia sobre tempos passados, estáveis, que permitiam um rompimento cognitivo entre o historiador no tempo presente e o objeto de análise no tempo histórico? Ademais, avolumavam-se obras sobre a história do presente e do imediato, produzidas por jornalistas, cientistas políticos e sociólogos, que as apresentavam como História, apoderando-se do ramo de trabalho do historiador e, por que não dizer, até mesmo obscurecendo o papel destes frente ao meio social. Talvez falar em inveja seja demasiado, mas, certamente, o rompimento da barreira feita inicialmente pelos jornalistas, nos anos 1960, inquietou alguns historiadores, principalmente quando muitas dessas obras ganharam o mercado editorial de maneira expressiva, o que estimulou os demais jornalistas a produzir aos borbotões, portando-se como administradores do efêmero, e muitas de suas “histórias”, então, encheram-se de vibrações sem sair do dispositivo circular do meio termo, sem aprofundamentos analíticos e históricos (RIOUX, 1999, p. 123-124). Não-historiadores faziam história, e uma história problemática, carente de rigor e dos procedimentos típicos dos historiadores, que levam em conta as temporalidades, os processos, colocam

o objeto no tempo, com o intuito de entender o problema de forma mais ampla, sem se prender a questões pontuais e imediatas.

Não se trata de afirmar que a reflexão histórica pertence exclusivamente ao historiador (ela pertence a todos), mas sim de evidenciar que, por experiência e disciplina intelectual, os historiadores tentam ser mais críticos e, talvez, mais conscientes dos bons e maus usos do passado, seja este distante ou recente (LAGROU, 2007, p. 45). Noutros termos, a história presente pode ser vista como um vibrato do inacabado, que liberta o presente de seu autismo (RIOUX citado por TÉTARD, 2000, p. 137).

Nesse quadro, a partir dos anos 1970, começaram a surgir as produções historiográficas sobre o tempo presente, ancorada tanto na volta do acontecimento, explanado por Nora, como nas iniciativas do IHTP. Mas essas produções de história do tempo presente, já não são as mesmas das pesquisas atuais. Aquelas, que tinham como objeto a guerra e suas consequências, marcaram sua época e tiveram a importância de lançar o debate e a possibilidade de se fazer uma história do presente, mas é preciso observar que esse tipo de escrita da história, como observou Lagrou, é evolutiva e tem suas fronteiras móveis, condição que determina temporalmente até que ponto a escrita do presente pode ser considerada como tal, já que atinge um momento em que já não faz mais parte do presente, mas do passado. Nesse sentido, é preciso observar que trabalhos confeccionados paralelamente aos acontecimentos, mas em tempos passados, como é o caso dos estudos do IHTP, não deixam de ser pesquisas de história do tempo presente – pois foram feitos num tempo próximo ao dos

acontecimentos -, mas seus objetos e os próprios trabalhos em si já não pertencem ao nosso presente atual. Isto é, devido ao método utilizado no momento da produção da obra, não se pode negar àqueles trabalhos o caráter de história do tempo presente, mas temporalmente, devido às fronteiras móveis desse tipo de história, os objetos e fontes abordados fazem parte da história do passado, ainda que recente.

O estudo do IHTP, nos anos 1980, caracterizou posição inovadora e seus objetos se identificavam com a história do tempo presente, mas isso já não se sustenta hoje. As pesquisas sobre a guerra e seus desdobramentos feita por trabalhos atuais não é mais surpresa, como a feita pelo IHTP, mas sim ofício comum dos historiadores que trabalham sobre arquivos – sejam quais forem -, num tempo que já não é mais seu (LAGROU, 2007, p. 38). É mister ter essa concepção em mente: que a história do tempo presente é móvel e que seus objetos de estudo, com o tempo, deixam de ser foco da história recente e tornam-se objetos de estudo do passado mais distante.

Sem renegar o trabalho e a importância das primeiras pesquisas de história do tempo presente, trata-se de entender que essa história já se faz em outro tempo, mais próximo, e toma outras fontes e objetos, de acordo com o contexto atual, adequando-se às transformações da atualidade. Se antes a guerra era o alvo principal – claro, haviam outros –, hoje as possibilidades se multiplicaram e a dinâmica social impôs questões diversas. Como alertou Rioux, o século XXI é o da imagem, do factual torrencial, do imediatismo, no qual o indivíduo se tornou atemporal na contemporaneidade, virgem de qualquer memória ajuizada, confuso frente às mudanças de tempo e espaço, afetado

em sua percepção de presente, passado e futuro, o que alavancou uma mudança de paradigmas, tanto nas relações sociais, culturais, políticas e econômicas, como na relação da história com seus tempos e objetos (*Op. Cit.*, p. 44-50). Como ponderou Muller, a história não é apenas a compreensão do passado e sua narrativa, é também a análise das mudanças e a compreensão do presente (*Op. Cit.*, p. 25-26). Vista dessa maneira, a história do presente alivia pouco a pouco o autismo da atualidade, ainda que padeça com alguns obstáculos que podem prejudicar sua confecção, como a proximidade do fato, o envolvimento com o objeto ou o apego a processos históricos não terminados. Por isso Serge Bernstein e Pierre Milza advertiram que o rigor do ofício histórico é aqui mais indispensável que alhures, por ser uma história particularmente delicada e difícil de analisar (1999, p. 129-130), mas, por outro lado, afirmaram seguros que “a história do presente é primeiramente e antes de tudo história” (Idem, p. 127).

Ainda assim, pairam desconfianças e posições conservadoras. Por exemplo, as fontes orais, que são amplamente usadas pelos historiadores do presente, carregam em si diversos obstáculos. Questiona-se a possível interferência que a testemunha, viva, pode causar nos escritos do historiador, que a sua presença pode corromper a interpretação e livre trabalho dos profissionais de história, pois estas fontes podem contestar, desmentir, pressionar. A memória viva é constitutiva da história do tempo presente e da própria atualidade corrente e, nesse sentido, pode apresentar, com a força de sua vivência dos fatos narrados, outra interpretação do passado, concorrendo com o discurso científico. Desta forma, explica Rousso,

o depoimento oral mostra-se paradoxal, já que as mesmas razões que o valoriza – discurso conduzido pela experiência de um indivíduo vivo e falante –, o recusa (2007, p. 289). Não à toa, Bernstein e Milza alertaram sobre a importância do rigor analítico e da aplicação do historiador. Com essa conduta, é possível ultrapassar os obstáculos e utilizar as fontes orais como recurso agregador, como fontes tanto primárias como secundárias. Nas pesquisas com fontes escritas, imagens, arquivos etc, o historiador, diante de alguma dúvida, tem a opção de recorrer às testemunhas vivas ou aos produtores dos objetos, o que não desvirtuaria o resultado final da pesquisa, já que o depoimento não se apresentaria como fonte única e principal. A própria história oral nunca logrou dar tamanha onipotência ao testemunho, ciente da necessidade de se cercar de recursos e conhecimentos outros. Cabe ao próprio historiador matizar as argumentações do depoente e extrair o que lhe importa do discurso, peneirando a fala munido de senso crítico e procedimentos metodológicos. Para Rousso, é exatamente a grande variedade de fontes que dificulta o trabalho. É um risco que se apresenta para a história do tempo presente, por ela ter a possibilidade de ir além, buscar mais fontes, de ir mais fundo, o que pode afogar a pesquisa (*Op. Cit.*). Trata-se então de observar que, contraditoriamente, as virtudes e possibilidades dessa história podem configurar seu próprio obstáculo.

Por outro lado, há de se discernir não apenas sobre as barreiras que prejudicam a prática da história do tempo presente, como também indicar que a história dos “mortos” também apresenta problemas por não ter os recursos da primeira. Nesse ponto, trata-se de entender que o trabalho historiográfico exige rigor tanto numa

como noutra prática, e o que determina a validade dos trabalhos não é o tempo histórico estudado, mas a competência do historiador. Nesse sentido, a ideia de ciência na história não deve ser a mesma das ciências naturais, aquela ligada ao século XIX, da comprovação empírica ou experimental. Como defendeu Puentes e Gavídia, nas ciências humanas deve-se encarar a produção científica de um jeito próprio, de acordo com o objeto que se estuda. Os autores sustentam essa argumentação ao recordar dos escritos de Geertz, antropólogo que afirmava que toda ciência é interpretativa quando aborda o cultural ou o social (2007, p. 297-298). Para eles, “o papel dos historiadores consiste em interpretar e argumentar racionalmente, não em consolidar verdades”, ou seja, a história passaria da *objetividade científica* à *honestidade transubjetiva* (Idem, p. 300). Isto não significa, contudo, que seja permitido abrir mão de procedimentos sérios e analíticos. Não é uma liberdade subjetiva livre de regras. É certo que não há verdades absolutas – nem mesmo nas ciências naturais, que vivem revendo seus resultados –, no entanto, é mais certo ainda que, devido à impossibilidade de se estabelecer tais verdades, a história precisa ser honesta, séria, embasada e ter metodologia científica, para não incorrer em discursos incautos e ver seu trabalho desacreditado. Por isso que, já há algum tempo, a história trabalha no âmbito da verossimilhança, como ponderou Ginzburg, isto é, à procura do que seria o mais próximo da verdade (2002, p. 57-58).

Não se pode menosprezar a produção da história do tempo presente, que não foge aos procedimentos tradicionais e rigorosos da historiografia. Na verdade, como afirmou Rousso, a história do tempo presente não apresenta ruptura

epistemológica nenhuma. Ainda que tenha aberto a discussão para novas possibilidades, age como inovadora sem desligar-se das garantias de confiança oferecidas pelas práticas tradicionais (*Op. Cit.*, p. 296). Se numa história trabalha-se com o distanciamento do objeto de análise, ou seja, no luto que o historiador representa o ausente, na outra, se representa o presente, tornando-o inteligível. Tanto nessa como naquela, os resultados científicos se apresentam parcialmente, presos aos limites de como os objetos se dão a entender, de acordo com as necessidades e inquietações contemporâneas do pesquisador. Ambas, portanto, implicam discussões epistemológicas e metodológicas relacionadas às fontes, ao tempo e às abordagens, do que se subentende que as duas práticas são válidas, desde que não abandonem as exigências procedimentais da prática historiográfica. Essa, aliás, vem na contramão de elucubrações apressadas provenientes do imediato, do especialista de plantão ou do campo jornalístico. Caso estes últimos abordem seja o período medieval ou o tempo presente de maneira leviana, cabe aos historiadores medievalistas ou aos do tempo presente matizar e reorganizar esses conteúdos de forma analítica e com consciência histórica, retomando o passado para entender o presente, bagagem que falta aos outros profissionais, por não fazer parte de seus campos de atuação. Do historiador esperam-se os métodos, a rigidez, a racionalidade e o compromisso científico. Como já mencionado ele temporaliza, ele faz um recorte cronológico e apropria-se das diversas fontes disponíveis (arquivos particulares, imprensa, mídia, depoimentos, cinema, literatura, documentos oficiais – quando abertos),

ou seja, procura esgotar a massa documental disponível (TÉTARD, 2000, p. 135). Para o historiador, explica Sirinelli, “quando o tempo no qual ele circula parece acelerar-se, é mais fácil para ele do que para muitos cidadãos recolocar os ciclos curtos da história imediata no meio termo das temporalidades mais estruturais e, portanto, mais estáveis” (1999, p. 83-84).

Trata-se, portanto, de aventurar-se no tempo recente a fim de contribuir para o esclarecimento, a inteligibilidade e o discernimento do mundo acelerado, para, no mínimo, dar mais foco à imagem borrada e dinâmica hodierna. Nas palavras de Helena Muller: “O estudo do passado emerge, assim, não como um fim em si, mas como meio de iluminar nosso olhar sobre o presente, vindo assim a contribuir, de alguma maneira, para a discussão e, quem sabe, solução de problemas contemporâneos” (*Op. Cit.*, p. 29).

Aí se pode levantar uma questão: seria o historiador do presente um intelectual engajado, no sentido empregado por Sartre? Pode parecer exagero essa hipótese, ou considerar-se anacrônico esse questionamento, mas não. Na prática da história do tempo presente, o historiador está imerso no mundo em que vive, nas questões ideológicas, políticas, culturais e sociais, o que influencia o desenvolvimento de seu trabalho, pois é impossível desligar-se do presente e do seu meio. E não só isso, as suas escolhas de pesquisas também são orientadas por seu posicionamento intelectual e ideológico, como não poderia deixar de ser. Óbvio que o pesquisador do passado também está envolto com essas questões, no entanto, por abordar temas recentes, em andamento, lidando com agentes vivos, a história do tempo presente coloca-se,

mesmo que não intencionalmente, nas discussões correntes da atualidade e influi de modo mais incisivo no processo histórico. É aí que o historiador se torna um dos motores da história, não como cidadão no meio social, mas como profissional da história, isto é, seria a historiografia agindo no mundo de forma mais contundente, ajudando a construir a história humana de maneira mais direta, e não apenas a história acadêmica. Tal afirmação ocasionalmente causará contestações – de fato pertinentes – acerca do papel da história do passado mais distante, mas desde logo se esclarece que não se nega, aqui, que a história acadêmica (inclusa a história do tempo presente) também aja no mundo, no entanto – e isso há de se concordar –, por abarcar objetos e temas mais candentes da atualidade, a história do tempo presente acaba por ter impacto mais sensível e direto na sociedade – ainda que esse impacto não seja tão grande ou direto, na maioria das vezes, para o cidadão comum que, muitas vezes, nem mesmo tem acesso às produções acadêmicas.

Neste ponto volta à baila o alerta de Bernstein e Milza. No estudo do presente é preciso mais atenção na aplicação de procedimentos historiográficos para não se deixar levar por ideologias e preferências particulares, o que comprometeria a confiança geral no trabalho dos historiadores. Foi exatamente por não concordar com o trabalho feito por profissionais que não são da área – entre outros motivos (ver CHAUVEAU; TÉTARD, 1999) –, que os historiadores lançaram-se no tempo recente, portanto, não poderiam, assim como aqueles, incorrer em deslizes ideológicos ou quaisquer outros que fossem. Ainda que tenham suas preferências – como todos –, devem deixar de lado suas posições

políticas e atuar em prol do conhecimento, da racionalidade, do esclarecimento honesto sobre o mundo atual. Devem, sim, ao contrário do que afirmou Denis sobre os intelectuais engajados no sentido sartriano (2002, p. 37-41),¹ os historiadores atenderem às exigências do tempo presente, pois é uma das funções da disciplina histórica contribuir para a compreensão da atualidade, e é uma responsabilidade social e intelectual. Porém, deve fazê-lo de modo centrado, ciente do papel científico que tem e não como um militante social ou político, sob o risco de ver seu trabalho esvaziar-se de sentido em pouco tempo, tornando-se um documento de combate ultrapassado. Não seria interessante arriscar a reputação da História em função de questões candentes e polêmicas do mundo social e político. Para isso já existem os militantes, governantes, jornalistas etc. Por outro lado, abster-se dos problemas do mundo contemporâneo não condiziria com seu papel. Se no passado a História podia não se envolver com o tempo presente, já que as estruturas eram mais duradouras e o tempo corria mais lento, deixando essa função para jornalistas, sociólogos e politólogos, atualmente não. Com a mudança de paradigmas, a aceleração da tecnologia, das informações e das transformações do mundo social, criou-se a necessidade de

explicações mais embasadas, retomando processos históricos, ou seja, a elaboração de análises com consciência histórica, o que apenas o historiador – ou quem saiba trabalhar como tal – pode fazer sem perder-se nas agitações ideológicas, por já ser talhado nesse sentido, por ter o domínio dos procedimentos e do método historiográfico.

De acordo com Denis, o escritor engajado renuncia à posteridade e escolhe responder às exigências da atualidade, assumindo o sacrifício de sua aforia póstuma (Idem, p. 41), opção vedada ao historiador não apenas por arriscar sua reputação, mas a da própria disciplina. No entanto, é mais do que salutar para a produção do conhecimento que o historiador se engaje intelectualmente, não em problemáticas demasiado mundanas, ideológicas ou políticas, mas sim em função da ciência histórica, em prol do desenvolvimento epistemológico, teórico e metodológico da história, como também em benefício do esclarecimento da atualidade aos cidadãos, da compreensão mais embasada e temporalizada do presente, colocando sentido na passagem acelerada do tempo.

Não é preciosismo ou conservadorismo desmedido os receios sobre a história do presente, pois essa prática envolve muitas questões sérias acerca da historiografia. É bom lembrar a historiografia construída pelo IHGB no século XIX, orientada pelo imperador, com vistas a construir uma memória e uma imagem do passado, especialmente sobre o processo de independência. Uma história pré-determinada, que atendia a objetivos políticos imediatos. Por isso, é necessário ter cuidado ao se fazer a História do presente e atentar para que ela não seja feita sob desígnios

¹ Atente-se que Denis não discutia, nesse texto, o trabalho do historiador e nem mesmo a questão dos intelectuais na atualidade, e sim o caso Dreyfus e a posição sartriana. Para um aprofundamento sobre a questão dos intelectuais ver também BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Ed. UNESP, 1997; MARGATO, Izabel; GOMES, Renato Cordeiro (orgs.). *O papel do intelectual hoje*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004; NOVAES, Adauto (org.). *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

ideológicos que comprometam sua validade enquanto produção do campo da ciência histórica.

Contudo, não se pode negar o mérito historiográfico de trabalhos bem feitos sobre o presente, que levaram (e levam) a sério o fazer histórico e seguiram todos os procedimentos necessários para levar a bom termo a análise. Pode-se concluir, então, que a história do tempo presente não é engajada no sentido sartriano, mas não abre mão de trabalhar em função da produção do conhecimento e para a compreensão do mundo atual, estabelecendo conteúdos mais densos e ligações mais profundas entre os fatos e a sociedade, entre os acontecimentos e a história. Ela é engajada, mas não deve se subordinar às imposições ideológicas e políticas, ainda que isto seja impossível completamente. É engajada, sim, mas na contribuição ao conhecimento e à sociedade.

É interessante notar que esse engajamento em benefício do conhecimento não se deu, nas palavras de Rouso, por conta de alguma demanda social. Seria uma demanda, no máximo, acadêmica, iniciativa dos próprios historiadores frente aos problemas e às questões que enfrentavam no pós-guerra e, posteriormente, diante do mundo dinâmico da globalização neoliberal. Talvez, atualmente, tal demanda advinda da sociedade tenha tomado fôlego (*Op. Cit.*, p. 285). O mesmo vale para a questão da memória coletiva que se perde no presente hesitante, cabendo principalmente aos historiadores a manutenção da memória dos grupos que se fragmentam temporal e espacialmente. Daí, como demonstrou Rioux (1998, p. 315-326), a importância da história do tempo presente, mais científica e confiável, na manutenção

dessa memória que se desarticula, história presente essa que caminha na contramão da “história factual diária” promovida pelos meios de comunicação.

Entende-se, portanto, que foi o historiador que escolheu abordar o presente em resposta aos problemas que o incomodava, com o intuito de organizar a avalanche de informações desconexas diárias que mais confundiam do que explicavam – pelo menos com relação ao presente mais próximo e não mais o presente abordado pelo IHTP nos anos 1980. Nesse sentido, empregou todo o arsenal historiográfico, com seus métodos e procedimentos, em função do conhecimento, expandindo as fronteiras da história e aumentando a proximidade da disciplina com a sociedade. Claro que para tanto, enfrentou críticas tanto dentro como fora dos círculos acadêmicos, mas provou que, se mantido o rigor das pesquisas historiográficas, é possível escrever a história do tempo presente com qualidade e confiabilidade. Duas obras-chaves da historiografia contemporânea – *Para uma história cultural* e *Por uma história política* – resvalam o tempo todo nas possibilidades de se fazer a história do presente ao discutir historiografia, fontes, métodos e objetos relacionados ao mundo contemporâneo, o que demonstrou o interesse e simpatia de alguns historiadores com problemas concernentes ao tempo em que vivem.

Para finalizar, vale esclarecer que o início dessas discussões acerca do tempo presente se deram na Europa e somente mais tarde chegaram ao Brasil. Óbvio que as assertivas acima valem para a historiografia no geral, mas nunca é demais alocar cada discussão em seu devido lugar. Quanto ao Brasil, importa lembrar que os anos 1970

foram bastante conturbados por conta da ditadura militar, que interviu diretamente nas universidades. Ao mesmo tempo em que o governo ameaçava acabar com o curso de História, houve direcionamento maior ainda dos historiadores aos *Annales* e o contato ainda inicial com as discussões sobre o presente na França. Assim, os historiadores, que ficaram afastados das questões imediatas nos anos 1960, enquanto sociólogos e jornalistas assinavam manifestos, sentiram a necessidade de a história se impor no presente, engendrando um movimento reativo. A produção nesse sentido daria, então, seus tímidos primeiros passos.

Aqui, procurou-se levantar alguns pontos importantes sobre a história do tempo presente e estimular discussões que contribuam para o desenvolvimento epistemológico da disciplina. No entanto, há de se mencionar que, assim como muitos historiadores, antes de qualquer coisa, entende-se a história do tempo presente como história, certo de que ela apresenta muitas dificuldades para a execução do trabalho historiográfico, mas ciente de que pode apresentar resultados tão bons quanto a história feita sobre o passado mais distante. Assim como expõe problemas, a história do tempo presente apresenta virtudes não encontradas no estudo de tempos históricos passados, como a riqueza de realismo que o historiador pode empregar, pois não chega ao passado por meio de documentos, mas enxerga o presente vivo, com toda sua intensidade. Essa é a história do tempo presente, hoje já consolidada – o que não significa livre de problemas a serem discutidos: mais rica no realismo, porém mais perigosa na proximidade.

Referências

- BERNSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. Conclusão. In. CHAUVEAU. A; TÉTARD, Ph (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc, 1999, p. 127-130.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990.
- CHAUVEAU. A; TÉTARD, Ph (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc, 1999.
- COELHO, Eduardo Prado. Novas configurações da função intelectual. In. MARGATO, Izabel; GOMES, Renato Cordeiro (orgs.). *O papel do intelectual hoje*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004, p. 13-22.
- DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- DENIS, Benoît. *Literatura e engajamento: de Pascal a Sartre*. Bauru, SP: Edusc, 2002.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. *Cultura Vozes*, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.
- GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa, DOM QUIXOTE, 1990.
- JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo, a lógica cultural do Capitalismo tardio*. São Paulo, ÁTICA, 1997.
- LACOUTURE, Jean. A história imediata. In. LE GOFF, Jacques (org.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- LAGROU, Pieter. Sobre a atualidade da história do tempo presente. In. PÔRTO JR., Gilson (org.). *História do tempo presente*. Bauru, SP: Edusc, 2007, p. 31-48.
- LATTMAN-WELTMAN, Fernando. “História Imediata” da imprensa e da mídia brasileiras: pré-condições e significados. *Jornal da Rede Alfredo de Carvalho*. Ano 1, nº 11, 7 dez. 2001. Disponível em <www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/boletins> acesso dia 7 ago. 2006.

LIPOVETSKY, Gilles e CHARLES, Sébastien. *Les Temps Hypermodernes*. France, GRASSET, 2004.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro, JOSÉ OLYMPIO, 1998.

MULLER, Helena Isabel. História do tempo presente: algumas reflexões. In. PÔRTO JR., Gilson (org.). *História do tempo presente*. Bauru, SP: Edusc, 2007, p. 17-30.

NOVAES, Adauto (org.). *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

PUNTES, Jhonny; GAVÍDIA, J. L. Monzant. História e historiografia: construção de novas tendências teóricas. In. PÔRTO JR., Gilson (org.). *História do tempo presente*. Bauru, SP: Edusc, 2007, p. 297-310.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RÉMOND, René. Por que a história política? *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, nº 13, 1994.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RIOUX, Jean-Pierre. A memória coletiva. In. RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-

François (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial estampa, 1998, p. 307-334.

_____. Entre história e jornalismo. In CHAUVEAU. A; TÉTARD, Ph (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc, 1999, p. 119-126.

_____. Pode-se fazer uma história do presente? In. CHAUVEAU. A; TÉTARD, Ph (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc, 1999, p. 39-50.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial estampa, 1998.

ROUSSO, Henry. A história do tempo presente, vinte anos depois. In. PÔRTO JR., Gilson (org.). *História do tempo presente*. Bauru, SP: Edusc, 2007, p. 277-296.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura (orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1998.

SIRINELLI, Jean-François. Ideologia, tempo e história. In. CHAUVEAU. A; TÉTARD, Ph (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc, 1999, p. 73-92.

TÉTARD, Ph. *Pequena História dos Historiadores*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.